

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE IEPÊ/SP

CONTROLADOR INTERNO



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **40 (quarenta)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **3 (três) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma, o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **Instituto SELECT**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **Instituto SELECT** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.institutoselect.org, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



Língua Portuguesa

TEXTO BASE (Questões 01 a 04)

A transparência na gestão pública não é apenas uma exigência legal; é, antes de tudo, um compromisso ético com a sociedade. Quando os gestores divulgam informações claras sobre o uso dos recursos públicos, fortalecem a confiança dos cidadãos nas instituições e contribuem para a consolidação da democracia. Entretanto, ainda há muitos desafios a superar: a burocracia excessiva, a resistência cultural de alguns servidores e a falta de capacitação técnica dificultam, em grande medida, a plena efetivação desse princípio. É necessário, portanto, que o Estado invista continuamente em formação, em tecnologia e em mecanismos de controle social, para que a transparência deixe de ser uma promessa e se torne uma prática cotidiana e irreversível.

1. De acordo com o texto, a transparência na gestão pública é apresentada como:

- (A) um compromisso ético com a sociedade que fortalece a democracia.
- (B) uma obrigação exclusivamente legal, sem dimensão ética.
- (C) uma prática já consolidada e irreversível na administração pública.
- (D) um objetivo inatingível diante dos desafios burocráticos existentes.

2. No trecho "Entretanto, ainda há muitos desafios a superar", o conectivo "Entretanto" estabelece em relação ao parágrafo anterior uma relação de:

- (A) conclusão.
- (B) oposição.
- (C) explicação.
- (D) adição.

3. Considere a frase: "Divulgam-se informações claras sobre o uso dos recursos públicos." Nessa frase, o pronome "se" exerce a função de:

- (A) partícula apassivadora, formando voz passiva sintética, pois o verbo é transitivo direto e há sujeito paciente determinado.
- (B) índice de indeterminação do sujeito, pois o verbo está no plural.
- (C) pronome reflexivo, indicando que o sujeito pratica e sofre a ação ao mesmo tempo.
- (D) pronome recíproco, indicando ação mútua entre dois sujeitos.

4. No contexto do texto, a palavra "efetivação" pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:

- (A) eliminação.
- (B) fiscalização.
- (C) relativização.
- (D) concretização.

5. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente de acordo com a ortografia oficial vigente.

- (A) excessão, privilégio, beneficiante.
- (B) excessão, previlégio, beneficente.
- (C) exceção, previlégio, beneficiante.
- (D) exceção, privilégio, beneficente.

6. Assinale a alternativa em que a acentuação gráfica está corretamente justificada.

- (A) "Público" é acentuado por ser proparoxítona - regra que determina o acento em todas as palavras com antepenúltima sílaba tônica, sem exceção na língua portuguesa.
- (B) "Ético" não deve ser acentuado, pois é paroxítona terminada em vogal, categoria dispensada de acento.
- (C) "Democracia" recebe acento gráfico por ser oxítona terminada em "a", assim como "sofá" e "cajá".
- (D) "Gestão" é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo, seguindo a mesma regra de "história".

7. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta de acordo com a norma culta.

- (A) Fazem dois anos que os servidores aguardam a capacitação.
- (B) Houveram muitas reclamações sobre a falta de transparência.
- (C) Mais de um servidor foi convocado para a reunião de controle.
- (D) Um terço dos servidores faltaram à capacitação obrigatória.

8. Assinale a alternativa em que a regência verbal está empregada corretamente.

- (A) O servidor aspirava o cargo de controlador interno.
- (B) O gestor informou os servidores sobre as novas diretrizes.
- (C) A comissão assistiu o treinamento sem fazer perguntas.
- (D) O diretor preferiu o relatório do que a apresentação oral.

9. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está INCORRETA de acordo com a norma culta da língua portuguesa escrita formal.

- (A) Entregaram-lhe o processo tão logo foi solicitado.
- (B) Não me entregaram os documentos no prazo estipulado.
- (C) Quando me entregarem os documentos, assinarei o recibo.
- (D) Me entregaram os relatórios antes da reunião.

10. Assinale a alternativa em que o processo de formação de palavras está corretamente identificado.

- (A) "Ineficiente" é formada por derivação sufixal, pois recebe o sufixo "-ente" para mudar a classe gramatical.
- (B) "Planalto" é formada por composição por justaposição, pois as palavras que a compõem mantêm sua forma original.
- (C) "Desumanizar" é formada por derivação parassintética, pois o prefixo "des-" e o sufixo "-izar" foram acrescentados simultaneamente ao radical.
- (D) "Capacitação" é formada por derivação prefixal, pois recebe um prefixo que altera o sentido original da palavra.

Raciocínio Lógico

11. Se todo servidor efetivo é estável e Carlos é servidor efetivo, então é correto concluir que Carlos:

- (A) é estável.
- (B) não é estável.
- (C) pode ou não ser estável.
- (D) é temporário.

12. Um setor recebeu 72 processos para análise. No primeiro dia, analisou 18 processos; no segundo dia, analisou metade do que restou; e no terceiro dia, analisou 6 processos. Quantos processos ainda não haviam sido analisados ao final do terceiro dia?

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 24.

Rascunho

13. Um candidato respondeu a uma prova de 20 questões. Cada acerto vale 5 pontos e cada erro desconta 2 pontos. Se ele fez 14 acertos e 6 erros, sua pontuação final foi:

- (A) 56.
- (B) 60.
- (C) 62.
- (D) 58.

14. Em um município, 40% dos servidores pertencem ao setor administrativo e 35% pertencem ao setor operacional. Sabe-se ainda que 15% pertencem simultaneamente a ambos os setores. O percentual de servidores que não pertence a nenhum desses dois grupos é:

- (A) 5%.
- (B) 40%.
- (C) 10%.
- (D) 30%.

15. Um valor sofre aumento de 25% e, em seguida, desconto de 20% sobre o novo valor. Em relação ao valor inicial, o valor final será:

- (A) igual ao inicial.
- (B) 5% maior.
- (C) 5% menor.
- (D) 10% menor.

16. Em uma operação de controle, um setor recebeu certo número de processos. Na primeira etapa, foram analisados a metade dos processos existentes, acrescida de 4 adicionais. Na segunda etapa, foram analisados 6 processos. Ao final, restaram 14 processos sem análise. Quantos processos havia inicialmente?

- (A) 44.
- (B) 46.
- (C) 48.
- (D) 50.

17. Se $A = \{2, 4, 6, 8\}$ e $B = \{4, 8, 10, 12\}$, então $A \cap B$ é:

- (A) $\{4, 8\}$.
- (B) $\{2, 6\}$.
- (C) $\{10, 12\}$.
- (D) $\{2, 4, 6, 8\}$.

18. Em uma progressão aritmética, o primeiro termo é 18 e a razão é 4. Em que posição aparece o termo 50?

- (A) 8ª.
- (B) 9ª.
- (C) 10ª.
- (D) 11ª.

19. Em uma progressão geométrica, o primeiro termo é 3 e a razão é 2. Qual é o valor do 6º termo?

- (A) 48.
- (B) 96.
- (C) 64.
- (D) 128.

20. Em uma sequência de operações, um número foi multiplicado por 3, depois somou-se 8 e, por fim, o resultado foi dividido por 2, obtendo-se 25. O número inicial era:

- (A) 12.
- (B) 16.
- (C) 18.
- (D) 14.

Conhecimentos Específicos	
<p>21. Os poderes administrativos decorrem dos princípios que fundamentam o Direito Administrativo e constituem ferramentas indispensáveis para que o Estado alcance seus objetivos de interesse público. Sobre esses poderes administrativos, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O Poder Hierárquico permite que a Administração organize sua estrutura administrativa interna e exerça supervisão sobre seus órgãos e agentes, constituindo instrumento essencial para manutenção da ordem administrativa.</p> <p>(B) O Poder de Regulação refere-se à competência da Administração Pública para estabelecer regras sobre o uso de bens e direitos, com o fim de resguardar os interesses coletivos, sendo independente de qualquer autorização legal.</p> <p>(C) O Poder Vinculado está relacionado ao direito do administrador público de escolher livremente o comportamento a adotar perante determinada situação legal, sem qualquer limitação de natureza jurídica.</p> <p>(D) O Poder de Concessão refere-se exclusivamente à transferência de propriedade de bens públicos para pessoas jurídicas de direito privado, vedada qualquer contraprestação financeira.</p>	<p>23. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam determinados requisitos legais. Qual alternativa apresenta os requisitos corretamente?</p> <p>(A) Ter nacionalidade brasileira originária e ter conhecimentos comprovados academicamente em áreas jurídicas, contábeis, econômicas ou financeiras.</p> <p>(B) Ter o mínimo de cinco anos de exercício em função ou atividade profissional que exija conhecimentos em áreas jurídicas, contábeis ou administrativas, com reputação ilibada.</p> <p>(C) Ter idade entre trinta e setenta e cinco anos e ter mais de dez anos em exercício profissional que exija conhecimentos em áreas jurídicas ou administrativas.</p> <p>(D) Ter reputação íntegra e ter notórios conhecimentos em áreas jurídicas, contábeis, econômicas ou administrativas.</p>
<p>22. No modelo federativo brasileiro, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, marque a alternativa que melhor explica os princípios fundamentais da federação.</p> <p>(A) A soberania reside unicamente na União Federal, sendo os Estados-Membros simples divisões administrativas subordinadas hierarquicamente, sem capacidade de auto-organização normativa.</p> <p>(B) A repartição de competências entre União, Estados e Municípios é flexível, podendo ser alterada por decreto presidencial conforme as conveniências políticas momentâneas.</p> <p>(C) Os Estados-Membros possuem autonomia para elaborar suas próprias constituições estaduais e exercer competências legislativas específicas, conforme determinado pela Constituição Federal.</p> <p>(D) O Distrito Federal é considerado um simples ente administrativo, destituído de personalidade jurídica própria e, portanto, incapaz de possuir patrimônio independente.</p>	<p>24. A lei orçamentária anual compreenderá, corretamente:</p> <p>(A) As normas de gestão patrimonial da administração direta e indireta e as condições para instituição e funcionamento de fundos especiais.</p> <p>(B) O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades vinculadas, da administração direta ou indireta.</p> <p>(C) A previsão dos projetos e ações nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição.</p> <p>(D) A indicação dos recursos financeiros necessários, admitindo-se apenas os que provenham de créditos extraordinários.</p>
	<p>25. Na aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/21), o princípio que proíbe a designação do mesmo agente público para atuação concomitante em funções de maior vulnerabilidade, a fim de diminuir a possibilidade de ocultação de irregularidades e de perpetração de fraudes está corretamente apresentado em:</p> <p>(A) Segurança jurídica.</p> <p>(B) Transparência.</p> <p>(C) Planejamento.</p> <p>(D) Segregação de funções.</p>

<p>26. O Terceiro Setor compreende instituições de direito privado sem fins lucrativos. Dentre as entidades que o integram, há aquelas caracterizadas pela existência de patrimônio vinculado à realização de objetivos sociais específicos, sujeitas a fiscalização permanente. Qual é essa entidade?</p> <p>(A) Cooperativa - caracterizada pelo agrupamento de pessoas para fins comerciais e produtivos.</p> <p>(B) Sindicato - caracterizado pela representação de categoria profissional de forma compulsória.</p> <p>(C) Associação - caracterizada pela reunião de pessoas com objetivos comuns, onde o patrimônio é secundário.</p> <p>(D) Fundação - caracterizada pela afetação de patrimônio para atingir objetivos de cunho social, sob vigilância ministerial.</p>	<p>29. Sobre créditos adicionais, leia o enunciado abaixo e responda: "Crédito destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente, sendo autorizado por lei em conformidade com limites constitucionais previamente fixados."</p> <p>(A) Créditos extraordinários.</p> <p>(B) Créditos suplementares.</p> <p>(C) Créditos vinculados.</p> <p>(D) Créditos especiais.</p>
<p>27. A Dívida Ativa da Fazenda Pública, conforme conceituada na Lei nº 4.320/1964, compreende créditos tributários e não tributários do Estado. Sobre este instituto, marque a alternativa correta.</p> <p>(A) Créditos em moeda estrangeira convertidos ao correspondente valor em moeda nacional sofrem atualização monetária e juros de mora conforme legislação pertinente.</p> <p>(B) A inscrição em Dívida Ativa é procedimento facultativo, cabendo à administração pública optar por cobrar os créditos através de ações ordinárias no Poder Judiciário.</p> <p>(C) A Dívida Ativa da União é apurada e inscrita exclusivamente junto ao Tesouro Nacional, sem participação da Receita Federal do Brasil.</p> <p>(D) A cedência onerosa de direitos originados de créditos tributários é proibida em qualquer hipótese, ainda que autorizada por lei específica.</p>	<p>30. A função administrativa é exercida preponderantemente pelo Poder Executivo e caracteriza-se pela submissão absoluta à lei. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A indisponibilidade do interesse público constitui princípio isolado e insuficiente para fundamentar toda a estrutura da função administrativa moderna.</p> <p>(B) Os poderes administrativos produzem interesse público primário, bem definido, concreto e diretamente cognoscível pela totalidade dos administrados.</p> <p>(C) O regime jurídico administrativo distingue-se do direito privado por estabelecer sujeições especiais e benefícios próprios para a Administração e seus contratantes.</p> <p>(D) A função administrativa, sendo teleológica, frequentemente prescinde da satisfação de qualquer forma de interesse público para alcançar seus objetivos.</p>
<p>28. Sobre as autarquias, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) As autarquias podem ser criadas por lei ordinária contida em dispositivo de lei que trate de múltiplos assuntos, não sendo imprescindível lei exclusivamente dedicada a seu estabelecimento.</p> <p>(B) As autarquias, enquanto pessoas jurídicas de direito público, podem desempenhar apenas atividades típicas de Estado, operando com plena autonomia administrativa.</p> <p>(C) A capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações das autarquias inicia-se a partir da vigência da lei que as institui.</p> <p>(D) As autarquias não possuem personalidade jurídica própria, atuando como simples divisões da administração direta do ente federativo que as criou.</p>	<p>31. Conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), sobre as competências de fiscalização e controle, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O Poder Legislativo e os Tribunais de Contas possuem competência exclusiva para fiscalizar, não participando o sistema de controle interno dessa atribuição.</p> <p>(B) Os limites para gastos totais dos Legislativos municipais são fixos e irredutíveis, vedada qualquer majoração conforme indicadores econômicos.</p> <p>(C) Recursos obtidos com alienação de ativos públicos não sofrem qualquer restrição constitucional ou legal quanto à sua aplicação.</p> <p>(D) A fiscalização enfatiza limites e condições para operações de crédito, inscrição em Restos a Pagar e observância de restrições orçamentárias.</p>

- 32.** A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, estabelece objetivos múltiplos para o processo licitatório. Sobre os objetivos dessa lei, assinale a alternativa correta.
- (A) O processo licitatório busca assegurar o maior gasto possível com recursos públicos, priorizando contratações que maximizem a circulação de capital.
- (B) O objetivo principal é impedir contratações que resultem em prejuízos às microempresas, independentemente da qualidade do serviço ou produto.
- (C) A lei proíbe absolutamente qualquer forma de precificação menor que a média de mercado, criminalizando propostas econômicas mais vantajosas.
- (D) A lei objetiva promover inovação sustentável, garantindo tratamento isonômico entre licitantes, incluindo incentivos específicos para pequenas empresas.
-
- 33.** Os órgãos públicos constituem centros de competência instituídos para desempenhar funções estatais. Sobre a classificação e características dos órgãos públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria, respondendo autonomamente por suas obrigações contratuais e extracontratuais.
- (B) Quanto à estrutura, os órgãos podem ser singulares (unipessoais) ou colegiados (compostos por múltiplos membros), sem possibilidade de categorias mistas.
- (C) Os órgãos públicos são classificados, quanto à posição estatal, em: independentes, autônomos, superiores e subalternos, conforme sua relevância institucional.
- (D) Os atos praticados pelos órgãos públicos são de responsabilidade pessoal de seus agentes, não sendo imputados à pessoa jurídica a que pertencem.
-
- 34.** Sobre os mecanismos de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) O controle restringe-se à ação fiscalizatória, não se estendendo à orientação, revisão ou correção de atos ilegais ou inconvenientes.
- (B) A Constituição Federal autoriza a criação de lei que discipline participação do usuário no controle da administração direta e indireta, denominado controle coletivo.
- (C) Apenas agentes estatais especializados podem provocar procedimentos de controle, vedada a participação de administrados na defesa de direitos coletivos.
- (D) O Ministério Público exerce papel irrelevante no controle da Administração Pública, limitando-se a funções criminais tradicionais.
-
- 35.** Conforme a Lei Complementar nº 101/2000, marque a alternativa correta sobre previsão de receita orçamentária.
- (A) As previsões de receita podem ignorar normas técnicas, considerando apenas o desejo político do gestor de arrecadação.
- (B) O Poder Executivo é dispensado de fornecer antecipadamente aos demais Poderes as estimativas de receita para exercícios subsequentes.
- (C) A reestimativa de receita pelo Poder Legislativo é absolutamente proibida, sem qualquer hipótese de exceção ou fundamentação permitida.
- (D) As previsões devem observar normas técnicas e legais, considerando variações econômicas e fatores relevantes, acompanhadas de demonstrativos históricos.
-
- 36.** As despesas orçamentárias percorrem etapas sucessivas. Uma dessas etapas constitui-se na verificação do direito adquirido pelo credor, baseando-se em títulos e documentação comprobatória, visando determinar a origem, objeto e valor exato a pagar. Qual é essa etapa?
- (A) Empenho — estágio inicial da despesa, onde se cria obrigação de pagamento.
- (B) Execução — termo genérico que engloba todas as etapas de um gasto.
- (C) Liquidação — estágio de verificação de direitos adquiridos pelo credor.
- (D) Pagamento — estágio de transferência efetiva de recursos financeiros.

- | | |
|--|---|
| <p>37. O orçamento público reúne múltiplas funções além da clássica função de controle político. Sobre as funções orçamentárias modernas, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A função alocativa relaciona-se exclusivamente ao combate à inflação, sem qualquer conexão com planejamento de crescimento econômico.</p> <p>(B) A função de planejamento incorpora-se ao orçamento através da técnica de orçamento por programas, refletindo políticas públicas e suas finalidades.</p> <p>(C) A função estabilizadora objetiva uniformizar todos os gastos entre regiões, eliminando qualquer disparidade socioeconômica regional.</p> <p>(D) A função distributiva refere-se às escolhas governamentais de investimento setorial, materializando prioridades políticas mediante alocação de recursos.</p> | <p>39. Conforme doutrina reconhecida, há categorias especiais do ato administrativo que se caracterizam por utilizarem elementos válidos de atos originalmente viciados. Qual é essa categoria?</p> <p>(A) Retificação - simples correção de dados erroneamente inseridos no ato.</p> <p>(B) Revogação - eliminação total de ato vigente por conveniência administrativa.</p> <p>(C) Cassação - extinção de ato por superveniência de fatos que impedem sua manutenção.</p> <p>(D) Convalidação - aproveitamento de elementos válidos de ato viciado para mesma finalidade, com retroação de efeitos.</p> |
| <p>38. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) As pessoas jurídicas de direito público e prestadoras privadas de serviço público respondem objetivamente, com direito de regresso contra responsáveis em caso de dolo ou culpa.</p> <p>(B) A responsabilidade objetiva existe apenas para atos comissivos (ação), excluindo-se completamente os atos omissivos (inação).</p> <p>(C) Apenas atos ilícitos geram responsabilidade extracontratual estatal, sendo totalmente irrelevantes atos lícitos praticados por agentes públicos.</p> <p>(D) Caso fortuito e força maior eliminam completamente a responsabilidade estatal, sem qualquer possibilidade de indenização complementar.</p> | <p>40. De acordo com o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, os sistemas de controle interno exercem funções específicas. Sobre as finalidades desses sistemas, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Os sistemas de controle interno devem manter-se isolados e alheios aos trabalhos de controle externo, evitando qualquer interferência ou diálogo institucional.</p> <p>(B) Cabe aos sistemas de controle interno exercer controle exclusivo sobre operações de crédito, sem qualquer participação dos tribunais de contas.</p> <p>(C) Os sistemas de controle interno devem comprovar legalidade e avaliar resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão pública de órgãos federais.</p> <p>(D) Os sistemas de controle interno são responsáveis por supervisionar aplicações de recursos apenas de entidades públicas, excluindo-se expressamente entidades privadas beneficiárias de recursos públicos.</p> |